



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 12, v. 1 nov.2019-abr.2020
p. 404-428.

A retórica do “cidadão de bem” no discurso de Jair Bolsonaro: um presenciável em construção

Isabelly Cristiany Chaves Lima¹
Elizabeth Christina de Andrade Lima²

RESUMO: Ódio, medo, inimigos, terroristas, crimes, violências. Esse léxico tem sido a materialidade discursiva que cimenta a construção da imagem pública política do presenciável Jair *Messias* Bolsonaro. Partindo de uma densidade política modesta, subestimada como modelo de rápida desidratação, para um fenômeno político, que traz à tona um esfacelamento da democracia, um projeto conservador, um aprofundamento do neoliberalismo, Bolsonaro fabrica a retórica do “cidadão de bem”, estimula o ódio e fomenta o medo, violando direitos e garantias fundamentais. Dessa forma, tomando como aporte teórico os conceitos de Poder Simbólico em Bourdieu, das Noções de Gênero em Scott, da Disciplinarização em Foucault, do Ressentimento em Elias e do Simbolismo em Mauss, o texto tem como objetivo, a partir de um dado empírico, isto é, uma entrevista concedida a um canal aberto de televisão, RedeTV!, refletir sobre as materialidades que compõem o capital político do então deputado federal, cuja retórica é assentada nas relações de opressão, sobretudo, referentes às expressões de gênero e às práticas sexuais. Portanto, pode-se afirmar que o discurso de Bolsonaro, eivado de ódio, propicia atos de preconceito e acentua os modos segregacionistas.

PALAVRAS-CHAVE: Jair Bolsonaro. Violência. Discurso de ódio.

Abstract: Hate, fear, enemies, terrorists, crimes, violence. These words are part of the discourse embodying the public political image of the presidential Jair *Messias* Bolsonaro. Going from a modest political density, underestimated as a model of rapid dehydration, to a political phenomenon that exposes the ruination of democracy, a conservative project, the rooting of neoliberalism, Bolsonaro produces the rhetoric of the “good citizen”, stimulates hatred and instigates fear, violating fundamental rights and guarantees. Thus, making use of the concepts of Symbolic Power in Bourdieu, Gender in Scott, Disciplinarization in Foucault, Resentment in Elias and Symbolism in Mauss as theoretical basis, this paper aims to reflect on the materialities that constitute the political capital of Jair Bolsonaro, whose rhetoric is grounded on oppression, especially concerning non-hegemonic expressions of gender and sexual practices. The empirical data of an interview on a public television channel, *RedeTV!*, was used as object of this study. Bolsonaro’s discourse, ingrained with hatred, was shown to incentivize acts of prejudice and focus on exclusionism.

Keywords: Jair Bolsonaro; Violence; Hate speech.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG). Mestra em Literatura e Interculturalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba (PPGLI-UEPB). Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas, pela UEPB. E-mail: isabelly.uepb@gmail.com

² Bacharel em Ciências Sociais, com foco em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, Mestra em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba e Doutora em Sociologia, na linha de pesquisa Sociologia da Cultura, pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora de Antropologia, Associado IV, na Universidade Federal de Campina Grande. Desenvolve pesquisas nas seguintes áreas: Gênero e Política, Cultura e Política, Voto e Comportamento Eleitoral, com ênfase em estudos de antropologia da política, a mulher e a disputa por espaços de poder, cotidiano da política, política no ciberespaço. É credenciada nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e História da UFCG. É líder do grupo de pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas Políticas e Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Cultura, Mídia e Política (Lecmipo), além de Membro do Laboratório de Pesquisas em Política e Cultura (Lepec). E-mail: ecalima@terra.com.br

Recebido em 06/08/18
Aceito em 11/11/19

Resumen: Odio, miedo, enemigos, terroristas, crímenes, violencias. Estas palabras forman parte del discurso que constituye la imagen pública política del presidenciable Jair *Messias* Bolsonaro. A partir de una densidad política modesta, subestimada como modelo de rápida deshidratación para un fenómeno político, que trae a la superficie un fracaso de la democracia, un proyecto conservador, una profundización del neoliberalismo, Bolsonaro produce la retórica del “ciudadano de bien”, estimula el odio y fomenta el miedo, violando derechos y garantías fundamentales. De esta forma, tomando como aporte teórico los conceptos de poder simbólico en Bourdieu, de las nociones de género en Scott, de la disciplinarización en Foucault, del resentimiento en Elias y del simbolismo en Mauss, el presente artículo tiene como objetivo partir de un dato empírico, es decir, de una entrevista concedida a un canal abierto de televisión, *RedeTV!*, para reflexionar sobre las materialidades que componen el capital político del diputado federal en ese entonces, cuya retórica se hace en las relaciones de opresión, sobre todo, referentes a las expresiones de género y a las prácticas sexuales. Por lo tanto, se puede afirmar que el discurso de Bolsonaro lleno de odio hace propensos actos de prejuicio y acentúa los modos segregacionistas.

Palabras clave: Jair Bolsonaro. Violencia. Discurso de odio.



Brasil. 30 de novembro de 2010. Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária, pequeno expediente. O então deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair *Messias* Bolsonaro, vai à tribuna contestar a aprovação do material Escola Sem Homofobia³, que estava sendo licitado para a distribuição em escolas públicas do Brasil.

Qualificado como *Kit Gay*⁴, o material é rotulado, no pronunciamento do deputado, como o “maior escândalo” de que já tomou conhecimento, em vinte anos de parlamentar, e “não tem nada a ver com corrupção”. (DISCURSOS..., 2010) Com um tom de alarme, Bolsonaro profere, na tribuna: “Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um *kit* intitulado Combate à Homofobia” (DISCURSOS..., 2010) e explica de que se trata o material: “Na verdade, é um *estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade*. Esse *kit* contém DVDs com duas historinhas. Seus filhos de 7 anos vão vê-las no ano que vem, caso não tomemos uma providência agora”. (DISCURSOS..., 2010, grifo nosso)

Mostrando-se aterrorizado com a possibilidade de o material chegar às escolas, o então deputado dispara: “Dá para continuar discutindo esse assunto? Dá *nojo!* Esses gays e lésbicas querem que nós entubemos, como *exemplo de comportamento*, a sua *promiscuidade*. Isso é uma coisa extremamente séria”. (DISCURSOS..., 2010, grifo nosso)

O apelo para que o Presidente da Câmara dos Deputados tome as devidas providências, em relação ao assunto, é solicitado, pois segundo o deputado: “não podemos submeter-nos ao *escárnio* da sociedade. [...] Isso é uma *vergonha!* [...] Essa história de homofobia é uma história de cobertura para *aliciar* a garotada, especialmente os garotos que eles acham que têm *tendências homossexuais*”. (DISCURSOS..., 2010, grifo nosso)

Por fim, o clamor incorpora a rogativa “Pelo *amor de Deus*, meus colegas que estão nos gabinetes! Pelo amor de Deus!” e insiste que “Não me agrada falar em homossexual. Eu

³ “O Escola Sem Homofobia foi construído em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education (Gale) e as organizações não governamentais ABGLT, Pathfinder do Brasil e Ecos; e foi apoiado pelo Ministério da Educação e sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Os materiais educativos foram avaliados e aprovados pela Unesco e seriam distribuídos no segundo semestre de 2011 para alunos do Ensino Médio. O conjunto de materiais envolvia um caderno com conteúdo teórico e conceitos básicos, boletins temáticos para os alunos(as), três vídeos, carta aos(as) profissionais da educação e cartaz do projeto. Entre outros elementos, os conteúdos dos materiais contribuíam para a compreensão da sexualidade como construção histórica e cultural, buscando evidenciar e corrigir situações de agressão velada e aberta contra as pessoas LGBT”. (TOITIO, 2016, p. 185)

⁴ Durante a campanha eleitoral de presidente do Brasil, em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a remoção de vídeos, no Facebook, de Jair Bolsonaro sobre o Kit Gay e sua distribuição em escolas públicas brasileiras, alegando que o Ministério da Educação não distribuiu o material citado nos vídeos. (MOURA, 2018)



realmente assumo o que disse na TV Câmara: se um garoto tem *desvio de conduta* logo jovem, ele deve ser *redirecionado* para o *caminho certo*, nem que seja com umas *palmadas*”. Assim, “Acusam-me de ser violento, mas não sou *promíscuo*, não sou canalha com as *famílias brasileiras*! Muito obrigado, Sr. Presidente”. (DISCURSOS..., 2010, grifo nosso)

Exemplo, comportamento, caminho certo, família brasileira, amor de Deus, tendências homossexuais, desvio de conduta, homossexualismo, vergonha, escárnio, promiscuidade, redirecionamento, palmadas. Essa escolha lexical é o contraponto que compõe a materialidade verbal de parte da cartilha do então deputado federal e, atualmente, trigésimo oitavo presidente da República Federativa do Brasil, a partir de 2019, Jair *Messias* Bolsonaro.

Narrado com uma identidade cultural de homem, branco, heteronormativo, patriota, capitão reformado do Exército Brasileiro, cristão, deputado federal da direita, liberal-conservador, defensor afincado das bancadas da Bala, do Boi e da Bíblia, a carreira política de Bolsonaro é de migração por vários partidos (PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC, chegando em março de 2018 ao PSL). Há quase três décadas na política partidária, com uma atuação modesta (três projetos aprovados, no subterfúgio de que não aprovou muitos, mas que contribuiu para barrar bastantes), o deputado se põe na missão de vigilante dos “bons” costumes, guardião dos cidadãos de “bem”.

Porém, o seu mister só alcançou aderência política partidária bem sucedida há pouco tempo, em um processo paulatino de construção, que leva em consideração: a defesa anticorrupção (participação da ONG Brazil No Corrupt); a onda dos discursos do conservadorismo, da ordem e do progresso; o antilulismo e antipetismo; o antiesquerdismo e antissocialismo/comunismo; a indústria da crise entre 2015 e 2016; o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff; os escândalos de corrupção relacionados a políticos e a grandes empreiteiras; a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; a operação Lava Jato; a espetacularização da violência no Estado do Rio de Janeiro, que resultou uma inédita Intervenção Federal na segurança pública, com um interventor militar etc.

O protótipo do *status quo*, considerado por muitos analistas políticos como uma candidatura de fácil desidratação, chegou ao final da corrida ao Palácio da Alvorada com 55,13% dos votos válidos contra 44,87% para o petista Fernando Haddad. Isso, em um cenário de bastante imprevisibilidade: a impugnação da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que figurava o primeiro lugar nas intenções de votos, no primeiro turno; a aliança do



centrão com o candidato à presidência, pelo PSDB, Geraldo Alckmin; a substituição do ex-presidente Lula pelo ex-prefeito de São Paulo (2012-2016) Fernando Haddad; o embaraço do PSL de Jair Bolsonaro para firmar uma aliança na escolha do vice-presidente; as mudanças na legislação eleitoral, diminuindo o período da campanha e as formas de financiamento; no primeiro turno, a ausência de estrutura tradicional para o candidato do PSL, como tempo insignificante de televisão, escasso acesso ao fundo partidário em comparação com seus principais oponentes, e sem palanque em relevantes capitais; o atentado, em Minas Gerais, durante uma agenda de campanha, cujos resultados foram duas cirurgias e uma longa internação, impossibilitando-o de cumprir agenda, participar de debates etc.

Assim, questiona-se: o que possibilitou que a candidatura de Jair *Messias* Bolsonaro não perdesse aderência? Isto é, qual ponto de inflexão o deputado capitalizou para a acumulação de poder simbólico, a ponto de que um número relevante de seguidores enxergasse, em sua figura, uma espécie de salvador que poderá devolver a esperança para um novo Brasil?

No entanto, é necessário esclarecer que as motivações para a promoção da imagem pública de Bolsonaro não estão restritas apenas a um ponto de vista. Há uma combinação de fatores sócio-histórico-político-psico-culturais e as causam dialogam com a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Comunicação Social, a Ciência Política etc.

Para este artigo, parte-se do pressuposto de que a agenda dos valores culturais pautou a candidatura do presidente eleito. Isto é, uma das inflexões na qual a imagem do candidato se apoia é o combate à diversidade, cuja retórica se desdobra em uma violência simbólica que culmina em projetos contra “a ideologia de gênero” e a favor da “cura gay”, da ‘Escola sem Partido’ etc. Jair *Messias* Bolsonaro foi narrado como a possibilidade de um representante na contramão do comunismo, da “partidarização” das escolas, da “ideologia de gênero”, da “guerra cultural gramsciana”, do feminismo, da corrupção, dos direitos humanos, da vitimização da sociedade, do “mimimi”, do politicamente correto.

Esse conjunto lexical é usado na composição da gramática da (ultra) Direita de Bolsonaro e, em todas essas materialidades verbais, ressoa um deslocamento da política econômica para a política dos valores e dos costumes, em uma sociedade em que as questões econômicas apresentam um léxico distante do grande eleitorado, e a disciplina das relações sociais, por sua vez, parece passar para o plano principal da política brasileira.



Assim, tomando como norte o conceito de poder simbólico e, conseqüentemente, os desdobramentos dessa analítica de poder, com os estudos de gênero, com particular atenção para a chamada “intolerância de gênero” e as práticas de ódio, medo e ressentimentos presentes na sociedade brasileira, pretende-se refletir sobre algumas enunciações do presidenciável Jair *Messias* Bolsonaro, sobretudo as ditas durante uma entrevista concedida a um programa de entrevista, do canal aberto RedeTV!. Portanto, far-se-á uma descrição de partes dos discursos com o intuito de subsidiar a reflexão qualitativa sobre, principalmente, as materialidades que compõem o capital político assentado nas relações de opressão, sobretudo, em relação às expressão do gênero e às práticas sexuais, o que estimula o ódio, fomenta o preconceito e fabrica o medo (pânicos morais).

1. É melhor Jair se acostumando⁵

Em uma sexta-feira, 27 de outubro de 2017, às 22h15min, iniciou-se mais um ciclo de entrevistas com prováveis presidenciáveis do Brasil para 2018, no programa *Mariana Godoy Entrevista*, do canal de televisão aberta RedeTV!. Naquela feita, o protagonista foi o deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair *Messias* Bolsonaro. O programa foi dividido em três blocos e teve duração de 51 minutos e 29 segundos.

A dinâmica interativa de perguntas ao presidenciável foi feita pela jornalista Mariana Godoy (MG), pelo convidado jornalista Teo Taveira (TT) e pela plateia interativa, que enviava perguntas pelas redes sociais, a partir da *hashtag* “#marianagodoyentrevista”. A entrevista, na íntegra, está disponível no site oficial da RedeTV! e hospedada em uma dezena de canais do Youtube.

Assim, com os olhos vigilantes de jornalistas e telespectadores, iniciava-se a exposição das ideias do presidenciável Jair Bolsonaro (JB), os posicionamentos polêmicos, as colocações ácidas sobre direitos fundamentais, combate à violência, políticas sociais públicas e quase nada sobre economia.

MG: *É o senhor tem uma... Essa polêmica lhe favorece, né? Você cresce. Quando bate, cresce.*

JB: *Mariana, não é polêmica. É você enfrentar qualquer assunto. Você pode ver. [...] eu topo qualquer assunto e muitas vezes até não sei responder e digo ‘não sei’, sem*

⁵ A expressão: “É melhor Jair se acostumando” é tema de canção popular (MÚSICA..., 2017), homenagem de álbum musical só com canções para o deputado (É MELHOR..., [201-]), de publicidade de propagandas em blusas, de tema de festa de noivado (CIPRIANI, 2018), de páginas de grupos de redes sociais e de *outdoor*.



*problema nenhum, a gente toca o barco. Agora no trivial, no mínimo, você tem que ter uma posição. Ideologia de gênero, família, o comércio com viés ideológico, a questão da China no Brasil, MST. Você tem que ter posição no tocante a isso aí*⁶. (IMPERDÍVEL!!!..., 2017)

Uma pesquisa feita pelo Ibope com 2 mil pessoas em 127 municípios, no período de 7 a 10 dezembro de 2017, e divulgada em 13 de março de 2018, indagou aos entrevistados sobre as características pessoais mais valorizadas em um candidato. Ser honesto, não mentir em campanha, não se envolver em corrupção e transmitir confiança foram as expectativas de destaque⁷.

Em sintonia com o “desejo” das ruas e da voz do povo, Bolsonaro se apresenta como o candidato destemido, autêntico, que enfrenta qualquer assunto e tem honradez de reconhecer que determinados assuntos, como economia, não lhe é de domínio. Todavia, tem uma (no singular) posição consolidada no que ele chama de trivial.

Gênero, família (tradicional, logo uniforme), movimentos sociais e imigração são assuntos que impulsionam a fermentação da imagem do deputado. Ele se coloca com um capital simbólico específico: o político defensor da família, da moral e dos “bons costumes”. Uma construção de imagem pública que usa dessa retórica para a acumulação de seu capital político.

Segundo Bourdieu (2001), para observar o poder simbólico é necessário atentar para onde o poder é completamente ignorado, assim é saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos. Com isso, para o estudioso, o poder simbólico é um poder invisível cujo exercício é realizado com a cumplicidade dos que não querem saber que lhe estão sujeitos ou que o exercem.

Nessa analítica do poder, o autor se propõe a uma análise que tem no simbólico o seu ponto fulcral, logo a análise não está sob as formas mais explícitas, físicas, mas nas situações em que esse poder é amplamente ignorado pela cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeito ou até mesmo daqueles que ignoram exercer esse poder.

O caráter simbólico do poder, apontado por Bourdieu (2001), é essa espécie de exercício “mágico” de domínio e controle que uns exercem sobre outros, a partir de um conjunto de relações sociais mediadas por regras estabelecidas, respeitadas, consensualizadas. Para Bourdieu (2001, p. 11), “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa

⁶ Transcrição do vídeo.

⁷ PESQUISA... (2018).



(instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”.

Sendo assim, o exercício de poder da classe dominante sobre a classe dominada assume o caráter simbólico, o exercício da “magia”, em que muitas vezes não é necessário despende de energia, pois à autoridade simbólica é dada um poder socialmente reconhecido de impor uma visão de mundo, de inculcar determinadas visões e perspectivas de mundo, determinados gostos e distinções, seja na linguagem, na política, na religião, atingindo, portanto, praticamente todos os espaços de vivência humana. Ou seja, é um intenso exercício de poder.

O poder religioso, por exemplo, é um poder simbólico, que produz consenso sobre signos e sentidos, construindo um imaginário de regras e dogmas que proíbem divergências. O poder simbólico também é relevante no campo do ambiente escolar, exercendo uma dominação legítima, legal, que muitas vezes deixa à revelia dos discentes a organização curricular, o método de ensino, as formas de controle e de avaliações executadas.

Bourdieu (2001) vincula a prática do poder no interior dos campos sociais, a partir de variantes como o capital simbólico e o habitus, desafiando a maneira tradicional de abordar o poder, mostrando-o onde ele se deixa ver menos, uma concepção de poder tomada como inflexão. Isto é, assentada no campo da experiência, não exclusivamente no plano teórico, e as experiências se transformam, são constituídas no plano sócio-histórico.

Enquanto as formas clássicas de poder geram mais facilmente (ou visivelmente) possibilidade de reação dos dominados, estratégias de enfrentamento, possibilidade de retaliação, oposição de diferentes estratos sociais, porque se tornam mais facilmente observadas, o poder simbólico é desconsiderado enquanto manifestação de poder, exigindo um esforço mais apurado dos indícios.

Nesses termos, a partir do pensamento bourdiano, “bater”, teoricamente negativo, é ressignificado, é visto como a capacidade de prosperar na adversidade, de se fortalecer na pressão, é resiliência daquele que se põe como o representante do *status quo* da “maioria” (cristã, heteronormativa, de dominação masculina) e o protótipo do político ideal com os capitais da sinceridade, da verdade, da coragem, para enfrentar o sistema do politicamente correto.



TT: *O senhor acredita que homossexualidade tem cura?*

JB: *Primeiramente, eu apareci na causa LGBT em 2010. Quando o parlamento estava lançando, dentro daquela casa, aquele conjunto de material chamado Kit Gay que era para criancinhas de 6 anos de idade assistirem filmes de duas meninas se beijando, de garotos se acariciando como forma de combater a homofobia. Para essa idade, não. Questão da cura gay, outro assunto completamente diferente. Vamos supor que você seja psicólogo e eu te procuro e digo: ‘É o seguinte, olha, eu me descobri, que sou gay, o que você pode me ajudar pra eu assumir [sic], pra eu ser gay, pra eu sair do armário?. Você pode me atender?’. Agora, se eu falar o contrário: ‘Ora, eu sou gay e quero deixar de ser gay e te procurar, você, Teo psicólogo’. Isso, pelo conselho de Psicologia, você vai acabar tendo o seu registro cassado. O psicólogo é uma pessoa que tem o direito de atender bem quem entender e procurar solução para o teu problema. Não pode se [ininteligível] dessa coisa. Então a questão cura gay é uma mentira. É uma maneira do Conselho Federal de Psicologia simplesmente é, interferir no trabalho do psicólogo.*

MG: *A partir de que idade uma criança pode receber uma referência de que é normal ter uma família com duas mães ou com dois pais?*

JB: *Não seria a escola, quem trata de sexo na escola, [como se estivesse corrigindo] quem trata de sexo no Brasil é o papai e a mamãe.*

MG: [interrompendo] *Mas não é sexo é a formação familiar.*

JB: [interrompendo] *Não. Mas a escola não é o lugar de aprender isso. A nossa molecada aqui não sabe tabuada na 9ª série do Ensino Fundamental, não sabe fazer uma regra de três, não sabe interpretar um texto. A gente vai botar isso na escola? Isso acontece naturalmente em nossa vida. Eu lembro de meu tempo de 12, 13, 14 anos tinha. O nome não era gay, era outro nome, né? Se eu falar agora vai me dar um processo aqui, mas era um outro nome naquele momento e se convivia naturalmente, sem problema nenhum. (IMPERDÍVEL!!!..., 2017)*

Em janeiro de 2016, em uma publicação em seu site oficial⁸, o deputado trouxe à luz novamente o programa Escola sem Homofobia, denominado por parte do grupo da direita como *Kit Gay*. O programa foi uma iniciativa do Ministério da Educação de distribuir, nas escolas públicas de todo o país, um material informativo sobre dois temas transversais propostos pelo Parâmetro Curricular Nacional: gênero e sexualidade, mas que devido à pressão conservadora foi vetado em 2011, ainda no mandato eletivo da então presidenta Dilma Rousseff.

⁸ O caso gerou conflito com o grupo Abril, que desmentiu Bolsonaro. (REVISTA..., 2016)



Esse evento trouxe grande visibilidade para o deputado. A grande mídia optou por seu lado na arena discursiva e preferiu propagar o nome *Kit Gay a Escola sem Homofobia*⁹. Assim, uma iniciativa contra o preconceito foi reconfigurada como um ataque à família, à honra, à inocência das crianças, à tradição, aos bons costumes, resultando em propostas como, por exemplo, a cura gay e a Escola sem Partido.

Concorda-se com o filósofo Pablo Ortellado, para quem o crescimento no Brasil de um “novo conservadorismo”, que tem no ódio e acrescenta-se, no ressentimento, sua orientação política, estaria subvertendo valores, tais como: o respeito à diversidade e multiplicidade culturais; e a luta pelo fim do preconceito e de qualquer atitude de discriminação. Neste sentido, a moral deixa de estar subordinada à política e passa a subordiná-la. (CARVALHO, 2015, p. 30)

Para o citado filósofo, o atual cenário político brasileiro que atravessa as manifestações de rua ocorridas em 2013, das Eleições de 2014, até a abertura do processo de impeachment e deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff e toda a insatisfação política dele decorrente, produz duas consequências:

Primeiro, temas morais como aborto, casamento gay, drogas e maioridade penal, que eram temas menores, ganham enorme proeminência, eles pulam para frente e para o centro do debate. Depois, temas mais tradicionais como a política econômica e a social passam a ser inseridos no debate moral de forma punitiva. Então, o ‘Bolsa Família’ passa a ser errado, mas por quê? Não é por que [sic] ele é ineficaz, isso seria o discurso liberal antigo. O discurso conservador de hoje não discute a eficácia, ele discute moralmente, ou seja, o Estado está auxiliando pessoas que não trabalham, que não estudam, que não merecem receber o dinheiro que estão recebendo. (CARVALHO, 2015, p. 30)

Nestes termos, vê-se claramente delinear-se, nessa multiplicidade de discursos conservadores, amplamente propagados por Bolsonaro e por outros políticos brasileiros, uma forte expressão de ressentimento marcado pela ameaça e medo de perder ou não poder reconquistar o *status quo*:

Um *profundo ressentimento* pode surgir [...] entre os membros da maioria, sobretudo entre aqueles que têm a impressão de que seu *status* está ameaçado, que creem ter perdido valor, que não se sentem mais em segurança. Esse ressentimento surge quando um grupo marginal socialmente inferior, desprezado e estigmatizado, está a ponto de exigir a igualdade não somente legal, mas também social; quando seus membros

⁹ Exemplos são vistos em BOLSONARO... (2011, 2017).



começam a ocupar, na sociedade majoritária, posições antes inacessíveis a eles. (ELIAS, 1991 apud HAROCHE, 2004, p. 336)

Ensina Voltaire (1990, p. 95) que “as mágoas secretas são ainda mais cruéis do que as misérias públicas”. O que se observa é uma luta pela ocupação de espaços de poder marcados por uma espécie de crise hierárquica, que parece estar “bagunçando” e redefinindo a antiga estrutura e estratificação social brasileira. Do ponto de vista político, não há como desconsiderar que os governos de Lula e Dilma permitiram essa “dança das cadeiras” e o processo de empoderamento das classes populares que ascendem da “classe d” para a “classe c”, da criação de secretarias da igualdade racial, da mulher e da diversidade sexual. Tudo isso parece incomodar a elite secular conservadora do Brasil, acostumada a não se sentir ameaçada em sua posição e suas benesses:

Um grupo marginal desprezado, estigmatizado e relativamente impotente, enquanto seus membros se contentarem com as fileiras inferiores que, segundo a concepção dos grupos estabelecidos, é equivalente a seu grupo, e enquanto se comportarem conforme seu status inferior, como seres subordinados e submissos [...]. Mas eles sentem como uma humilhação insuportável ter que entrar em concorrência com membros de um grupo marginal desprezado. (ELIAS, 1991 apud HAROCHE, 2004, p. 336)

Jair *Messias* Bolsonaro parece representar os interesses dessa elite ressentida e inconformada em ver seus espaços de atuação pública, cultural, social e econômica serem subsumidos por uma classe em ascensão e visibilidade de grupos “subalternos” como gays, lésbicas, travestis e transexuais, de tal sorte que a elite no Brasil aciona o ressentimento como “uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalcada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência”. (HAROCHE, 2004, p. 336) E ainda:

Esse reconhecimento limitado, levemente humilhante, devia ser gerador de frustração e de ressentimento que levaria, veremos, a um verdadeiro ódio, não tanto em relação às elites dirigentes, mas em direção àqueles que, refugiando-se na cultura humanista, podiam subtrair-se àquela identificação humilhante. O ressentimento se desenvolve a partir da impossível dominação das classes médias humanistas, liberais, pela outra parte das classes médias, as nacionalistas, que não suportavam que iguais a elas pudessem subtrair-se, escapar aos mecanismos de poder. Esta subtração desencadeia então processos, reações de raiva, de crueldade e de sadismo. (HAROCHE, 2004, p. 337-338)

Elias, ao analisar a origem do processo que provoca o ressentimento “a partir da emergência progressiva de uma decepção, uma desilusão, uma amargura, uma frustração



rastejante” (ELIAS, 1991 apud HAROCHE, 2004, p. 338) e ao refletir sobre o nazismo alemão e a perseguição aos judeus, ajuda a igualmente refletir sobre o discurso ácido, travestido de “inocente e bem intencionado” do futuro presidente do Brasil, bem como o porquê em destilar seu ódio a tudo que os “inferiores” estão os “obrigando” a ver e conviver: a insuportável ascensão e, principalmente, empoderamento, dos chamados “desviantes”.

E é precisamente este ponto que nos parece decisivo: esse processo se exprimirá não em relação a seus superiores, mas sob a forma de desprezo, de raiva odiosa, obstinada e sistemática ao inferior, ao fraco, ao marginal em relação às hierarquias sociais e políticas, aos estranhos à nação. Como membros da classe média inferior humanista, os judeus serão vítimas privilegiadas desse ressentimento. Dessa forma, o que devia provocar a raiva dos nazistas é o fato de não conseguirem dominar as classes médias inferiores em *status* e poder, uma vez que as classes humanistas, liberais, subtraíam-se aos mecanismos de poder. (HAROCHE, 2004, p. 338)

Nestes termos, pode-se, por analogia, defender que baseadas na citação acima descrita, os gays, da mesma maneira que os judeus são os representantes do “inferior”, portanto, a homoafetividade e toda e qualquer publicização sobre ela deve ser proibida, extinta, expurgada, como se imprimir-lhe visibilidade, causasse a total e completa desestabilização do social, da moral e costumes vigentes.

Ao se propor a noção de ressentimento, a partir de Elias, para pensar as atuais manifestações de ódio dirigidas aos homoafetivos, propaladas por discursos religiosos de vertente cristã, seja ela católica, pentecostal ou neopentecostal, pela produção e disseminação em massa de *fake news*, sobre o movimento LGBTQ+, por meio dos encontros públicos ocorridos nas ruas, nos templos religiosos e em espaços políticos etc., justificam-se as expressões, emanadas por parte da população brasileira, que tenta ganhar “ares” de coletividade, de vontade e ação coletiva; “A coletividade aparecia como sagrada, superior aos indivíduos em questão: emoções ligadas à coletividade possuíam um caráter enigmático e obscuro, exterior e acima dos indivíduos”. (ELIAS, 1991 apud HAROCHE, 2004, p. 338)

Tais manifestações homofóbicas, ao estarem “acima dos indivíduos” e serem uma encenação da coletividade, criam, nos termos de Mauss (1979) uma expressão coletiva e obrigatória dos sentimentos.

Não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais,



marcados por manifestações não-espontâneas e de mais perfeita obrigação. (MAUSS, 1979, p. 1147)

As ‘performances’ de ódio, os gestos de empunhar cartazes, escritos em caixa alta, que expressam palavras de ordem contra os gays, contra o “*Kit Gay*”, contra o que chamam de “ideologia de gênero” e a favor da “Escola sem Partido”, as palavras, formando frases de efeitos no ciberespaço para igualmente desqualificar o ‘outro’, são, antes de qualquer coisa, ‘ação simbólica’ que ganha aderência na relação direta com que são adotados por uma determinada coletividade.

Mas todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagem. Os gritos são como frases e palavras. É preciso emiti-los, mas é preciso só porque todo o grupo os entende. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica. (MAUSS, 1979, p. 153)

Muitos dos que participam alimentando o discurso do ódio e do ressentimento parecem agir com a obstinação de quem, movido pela dor, espera por meio da expressão do ressentimento, minorar suas mazelas.

Percebe-se, assim, a partir da fala do deputado, que ele se coloca em um campo social de posição estruturada, em que a luta da minoria por espaço ou para transformar uma realidade social de preconceito, de violência física e simbólica, vivida no Brasil, é enfatizada pelo então deputado como espaço em que as relações devem ser pela manutenção da desigualdade, pela fuga do diálogo, até em espaços de construção do saber, como a escola.

TT: *Deputado, você disse que pessoas gays têm que apanhar em casa dos pais?*

JB: *Isso foi quanto tempo [sic], né? O que eu falei foi comportamento...*

TT: [interrompendo] *O senhor disse?*

JB: *Olha só, naquela briga contra o tal do Kit Gay teve muita bala perdida da minha parte e eu cheguei a falar isso sim. Em dado programa de televisão, extrapolei, tudo bem, aconteceu. Tá aí, não tem como voltar atrás. Nessa questão aí, se pudesse voltar, voltaria.*

MG: [interrompendo] *Quem nunca?*



JB: *Você poder ver quando uma criança...*

TT: [interrompendo] *Mas voltaria por quê?*

JB: *Eu não falaria isso, tá?*

TT: [interrompendo] *Mas porque não acredita ou com medo da repercussão?*

JB: *Olha só, olha só, olha só, pô. Se a pessoa não nasce menino e nem nasce menina, como é que a pessoa diz que nasce gay? Há uma contradição por parte do movimento LGBT. A maioria dos gays são simpáticos a mim e, digo mais, votam em mim. O que eu falei nesse momento, que teve essa bala perdida, foi o seguinte, se uma criança está com o comportamento agressivo, chuta a canela do pai, cospe na cara da mãe, chega a um ponto que você é obrigado a tomar uma medida que vai além da normalidade, quem sabe dá uns tapas na bunda do moleque. E daí eu falei, nesse momento, caso o comportamento do menino seja ao contrário, é extremamente delicado, talvez o mesmo remédio cure o garoto ou lhe dê um novo comportamento, mas isso aí acho que é um assunto ultrapassado já, já me desculpei com quem de direito ali e tudo bem e toca o barco aí.*

MG: *O senhor não aceita esse rótulo de homofóbico.*

JB: *Tem nada a ver. Poxa, quem não tem um parente, um amigo, poxa. Todo dia eu recebo mensagem no WhatsApp aqui de pessoas falando ‘Eu sou gay, eu sou não sei o que e estou contigo’, porque, afinal de contas, eu costumo dizer: não adianta você ser hétero, né, ou ser gay, você não vai ser feliz nunca, não vai honrar de felicidade nunca se não tiver uma economia ajustada, não tiver emprego e não conviver pacificamente aqui no nosso Brasil. (IMPERDÍVEL!!!..., 2017)*

Sobre a causa LGBTQ+, que ele considera trivial, afirma que “Se eu falar agora vai me dar um processo aqui, mas era um outro nome naquele momento e se convivia naturalmente, sem problema nenhum”, e hoje não se pode pronunciar por causa da sociedade do “mimimi”¹⁰, que desfibra, degenera, fragiliza as pessoas, segundo o deputado e seus seguidores. Bolsonaro reforça que antes havia uma “naturalidade” no trato desses temas e, com isso, ratifica seu insuficiente conhecimento sobre as relações social e historicamente construídas. Isto é, enfatiza os consensos fabricados historicamente, em que há um comportamento normal em contraponto a um comportamento “ao contrário”, invertido, não aceito. Vale salientar que o candidato apela para o exercício da violência física (umas palmadas) em nome do poder simbólico e de uma violência simbólica que determina qual seria a maneira padrão de comportamento socialmente aceito.

¹⁰ Gíria de conotação pejorativa atribuída a pessoas muito sensíveis, que reclamam de tudo (MIMIMI, 2016).



Assim, por não se curvar ao politicamente correto, Bolsonaro é ovacionado como o opressor, principalmente, por acumular atributos determinantes que consubstancia a regularidade de seus e-leitores¹¹: gênero, sexualidade e, em consequência, religião.

JB: *Eu sou cristão. Continuo sendo católico. A minha esposa é evangélica. [...] por coincidência meu nome é Messias também, bem vou aproveitar a oportunidade para dizer publicamente que acredito em Deus. [...] O Estado é laico e tenho dito que 90% da população brasileira é judaico-cristã e os outros 5 % é dessas religiões como essa daí [referindo-se às matrizes africanas] que tem que respeitar e o restante 3 a 4% são ateus, sem problema nenhum. O que nós não podemos admitir é que uma religião venha para cá no nosso meio querendo impor sua vontade pela força. (IMPERDÍVEL!!!..., 2017)*

Para Bourdieu, o poder religioso é um poder simbólico, que produz consenso sobre signos e sentidos, construindo um imaginário de regras e dogmas que proíbem divergências: feminismos, LGBT+ são as vozes dissonantes, duramente combatidas por setores radicalmente conservadores e fundamentalistas.

Além disso, o discurso religioso do qual Bolsonaro se filia da interpretação unívoca da criação homem e mulher é usado para legitimar e “divinizar” a violência simbólica, a fim de conter as atuações heréticas e evitar novas erupções. A rede de relação de poder, do qual a religião se assenta, organiza e põe em circulação um saber como consenso, usado de forma discreta para atender determinados fins.

Nessa perspectiva, a escola não deve abordar temas sobre gênero e sexualidade (as igrejas podem?), para não estimular o “homossexualismo e a promiscuidade” (doenças, patologias). (BOLSONARO..., 2011) Sem saber diferenciar comportamento, gênero, sexo biológico, sexualidade, patologia, Bolsonaro trata sobre a incorporação da heteronormatividade como um conhecimento adquirido e naturalizado na prática social, o habitus. Sem colocar o *status quo* em suspeição, sem questionar o rol da “regularidade”.

E o que não esteja normatizado, seja tido como doença, que, por isso, precisa de cura, de controle, de disciplinamento. Assim, caso o comportamento do garoto “seja ao contrário” (no gênero e na sexualidade), o capitão reformado diz que é necessário tomar medidas que vão além da “normalidade”, como o uso da força física para a contenção dos corpos “*talvez o mesmo remédio*

¹¹ Usa-se a fórmula “e-leitores”, por compreender uma nova construção política com o advento das mídias sociais digitais.



[o uso da violência física] *cure o garoto ou lhe dê um novo comportamento*”. (IMPERDÍVEL!!!..., 2017) O ato moralista é apresentado como necessário para reeducar, corrigir, curar esses “infratores” da ordem. Tudo para um bem maior: uma sociedade padronizada.

A discussão sobre gênero perpassa várias perspectivas. Independentemente do caminho apontado, é de fundamental importância dimensionar o posicionamento do tipo de construção, problematização, definindo o lugar teórico de onde se está fazendo a abordagem. Nesse sentido, devemos, inicialmente, evidenciar o caráter polissêmico do conceito de gênero. (CONNELL, 2015) Todavia, a perspectiva de uma construção do masculino e do feminino vem se tornando elemento fundante para a compreensão desse recorte, negando essencialidades naturalizantes, pondo o foco no caráter eminentemente social.

Ao se observar relações sociais e políticas problematizadas por essa óptica, encontram-se os caminhos traçados pela categoria analítica (SCOTT, 1995), significando historicamente, com recortes e abordagens através dos pilares substantivos para a compreensão das relações humanas. Para isso, Joan Scott (1995) destaca a necessidade de uma explicação significativa, colocando o lugar do feminino e do masculino na vida social como algo atrelado ao sentido que suas atividades adquirem através das interações. Ou seja, a abordagem deve ser focada na construção de sentidos, colocando no mesmo patamar o sujeito individual e a organização social, formatando um universo no qual se deve articular a natureza das suas interpretações.

Consequentemente, ao definir e desenhar os pilares categóricos, a autora aborda dois eixos de análise: no primeiro, gênero é entendido como um elemento constitutivo das relações sociais, sendo baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; no segundo caminho, esse recorte é posto como a forma primeira de significar as relações de poder, assim, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção dessas mudanças não segue necessariamente um sentido único”. (SCOTT, 1995, p. 21)

Nesses termos, o poder é apresentado como algo central na discussão (SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2005), principalmente quando se problematiza as relações sociais buscando encontrar caminhos no processo de empoderamento, ocupação de espaços. Assim, pode-se usar gênero para significar essas relações, destacando sua articulação e colocando-a no centro da organização social.



Não é raro se deparar com a veiculação, em diversos espaços, de discursos que estereotipam as relações de gênero, geralmente com base no binômio feminino × masculino e definições de “papéis” a partir dele. Os referidos estereótipos se constituem com base em práticas discursivas de estruturas de poder orquestradas por uma lógica construída por meio do que Michel Foucault (1988) denominou de dispositivo da sexualidade. Este que, por sua vez, tem por base o controle de corpos e comportamentos a partir de discursos normativos sobre o sexo e da produção de técnicas utilizadas em processos de normalização da sexualidade.

Desse modo, como parâmetro para todas relações sexuais é instituída a heteronormatividade, com ela são postuladas e estabelecidas preocupações com a coerência entre aparato biológico, identidade e performance de gênero, desejo e prática sexual dos sujeitos.

Foucault (1988) chega ao estudo do dispositivo da sexualidade por meio de reflexões sobre o poder nas sociedades ocidentais em, principalmente, três fases. Cabe evidenciar que não há uma brusca cisão entre elas, mas processos de transformações inscritos em dados períodos históricos que preservam algumas características, se desfazem de outras e incorporam novas. O poder soberano, exercido em meados da Idade Média, foi caracterizado pela centralidade do rei na sociedade e por um controle dos corpos por meio de severas punições e sanções que chegavam à pena de morte, exercida de forma pública.

Como desdobramento da mecânica do poder nas sociedades disciplinares, no século XVIII há a emergência das sociedades disciplinares, que se estendem e têm seu ápice no início do século XX. A principal característica do poder disciplinar é a vigilância, os indivíduos têm a impressão de serem observados a todo momento e temem isso, ainda que não o sejam.

Como desdobramento da mecânica do poder nas sociedades disciplinares, dá-se a emergência do que se denomina biopoder, uma tecnologia de poder que não se afasta da disciplina dos corpos, mas num movimento de agregação implementa novas estratégias de controle que se encarregam de administrar minuciosamente o corpo social.

O biopoder é então exercido por meio de biopolíticas, que se empenham na administração do corpo-espécie através de dispositivos de segurança e tecnologias de controle, na administração do corpo social. Deriva daí o que Gilles Deleuze (2000), denomina de sociedades de controle, instaladas no século XX logo após a Segunda Guerra Mundial.



Esses discursos que produzem “verdades” em relação aos corpos e sexualidades se instituem a partir de uma lógica de dominação que racionaliza o sexo por meio de processos normalizadores. Eles se dão com base em uma norma que, de acordo com Gadelha (2013), não tem como intuito expiar ou reprimir os corpos, mas estabelecer uma regra a ser seguida a partir de comparações que demarcam diferenças, hierarquizam comportamentos, atuam numa perspectiva homogeneizadora e excluem o que é considerado impróprio, pervertido.

A quebra da ordem que, segundo o discurso conservador causa desequilíbrio e gera violência, pede resposta. Uma resposta que restabeleça o equilíbrio social, que garanta que a realidade não sofra alteração, portanto, o consenso de toda a sociedade para o exercício da “magia” da integração social, sem lugar para o que é impróprio, ou pervertido.

É necessário estar atento às palavras de Michaud, que também reforçam à compreensão da violência simbólica, proposta por Bourdieu,

Quando se deixa portanto de recorrer à violência aberta trocando-a por técnicas mais refinadas, nem por isso ela deixa de existir, mas sim, assume a fisionomia neutra e cinza da manipulação. A diferença então encontra-se apenas entre uma violência aberta e uma outra surda e dissimulada. (MICHAUD, 2001, p. 48)

Recorre-se a uma violência mais “branda” (de fisionomia cinza). Uma violência surda e dissimulada, que usa o status do campo científico, como a suposta Psicologia para a atuação da “cura gay”, ou o “saber médico”, para cancelar a perversão, necessitando urgente de cura. Tudo isso, com o intuito de liquidar uma violência tida como a “agressiva”: os LGBT+, as feministas.

TT: *Como o senhor pretende combater a criminalidade sem ofender direitos fundamentais da pessoa humana?*

JB: *Bem, hoje em dia a política de direitos humanos é voltada para defender bandidos, e não o cidadão de bem. Isso está na boca do povo. Não sou eu que estou dizendo isso aí não. [...] Olha só. Eu copio muito a legislação americana. O que o policial tem que ter, não só o civil como o militar, é o excludente de ilicitude. Em operação, havendo uma reação, ele tem o direito de atirar. E se matar, com 2, 3 ou 20 tiros ele responde mas não tem punição. Enquanto nós não dermos essa carta branca para o policial atirar para matar, para abater alguém que está atirando nele, ou atirando em alguém da sociedade, nós não teremos como reduzir a violência no Brasil.*

MG: *Uau, mas para matar?*



JB: [...] *Ora, você não está vendo um filme do Batman ou do gibi quando era garoto, que o Zorro só atirava na mão do bandido. Aqui o bandido está com fuzil, está com armamento melhor e superior aos integrantes de Segurança Pública. E depois que você começar a matar esses caras, você vai atirar, você vai matar, até tiro de raspão de fuzil você pode matar uma pessoa, aí eles vão começar a respeitar o policial. Vão parar, vão botar a mão na cabeça, a mão na parede e vai pensar duas vezes antes de...*

MG: [interrompe] *Vai ser um respeito pela força.*

JB: *Mas tem que ser. Mariana, o ser humano só respeita o que teme. O que faz você na sua igualdade comigo? É um colt na sua cintura. Por exemplo, fala da lei do feminicídio. Você acha que a maioria das mulheres prefere ter um papelzinho: lei do feminicídio, ou uma pistola em casa para reagir a uma possível invasão de alguém que vai agredi-la? Mais de 90% dessas mulheres dizem que preferem uma pistola dentro de casa, então vamos atender a vontade popular. A arma de fogo, uma coisa importante também, muito mais que defender a tua vida, defende a sociedade de um pretensão ditador. Ou seja, defende a liberdade de um povo. (IMPERDÍVEL!!!..., 2017)*

O *ethos* de capitão das Forças Armadas e os resquícios de uma figura autoritária ainda ecoam no discurso de quem se propõe a governar uma nação plural, miscigenada, altamente estratificada e desigual do ponto de vista econômico. Bolsonaro é contrário à Comissão Nacional da Verdade, é contrário aos direitos humanos, é a favor do poder irrestrito da polícia militar, da obediência aos “costumes” naturalizados.

Porém, ele não está só, “o cidadão de bem”, “90% das mulheres” (baseado em critérios estatísticos próprios, sem pesquisa de campo, – *fake news*?) querem sair do filme de ficção, das histórias em quadrinhos e extirpar o bandido, porque o marginal é violento, é vagabundo, tem arma e mata. “Isso tá na boca do povo”, diz o deputado (IMPERDÍVEL!!!..., 2017), e, segundo o dito popular, “voz do povo é a voz de Deus”.

Até mesmo uma lei que há muito já deveria estar em vigor, como a do feminicídio, é desconsiderada por Bolsonaro. Estima-se que de 3 em 3 horas uma mulher é estuprada no Brasil e que de 15 em 15 minutos, uma é espancada. O Brasil ocupa, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio, mas mesmo com esses dados alarmantes, há total descrédito quanto à importância e eficácia das leis Maria da Penha e do Feminicídio. Outrora, ouve-se alguém comentar que se a lei existe para proteger as mulheres da violência, deveria existir uma também para proteger os homens. Nada mais machista que tal reflexão!



Nesse cenário, como se estabelece a negociação? Gilberto Velho (1996), por exemplo, defende que a negociação só é possível quando há uma noção minimamente compartilhada de justiça, que não é apenas restrita à esfera do Judiciário, mas do conjunto de valores e crenças que se referem ao bem-estar individual e coletivo. Assim, a violência desmedida não estaria apenas presa aos aspectos econômicos, mas relacionada também ao esvaziamento de conteúdos culturais, como os valores éticos.

A negociação de significados, com a voz audível dos movimentos sociais, a abertura a políticas públicas na experiência democrática (mesmo com as ressalvas de uma democracia frágil), viabilizadas no período de governo do PT, provocou de um lado um novo habitus de respeito às diferenças em paralelo a uma anomização da vida social brasileira. Não se tem como negar que algumas décadas de experiência minimamente democrática, de atenção às minorias, de estado de bem-estar social fizeram com que o discurso de ódio, de preconceito, não fossem difundidos em larga escala.

Todavia, a negociação de significados também possibilitou a emergência de um contrapoder que, em 2018, se corporificou no Estado, por Bolsonaro. A ordem que integra a todos os membros desse corpo, e que faz acreditar na idealização de que todos têm igualmente a mesma importância na engrenagem do funcionamento, não prosperou. A unidade relativa aparente é saudada em detrimento aos inúmeros tipos de alteridades, investidos de desmobilização.

Uma nova vigilância e formas de “punição” recém-chegadas, do politicamente correto por exemplo, não estavam inseridas na sociedade brasileira de forma “discreta”, difusa em instâncias e instituições variadas, a ponto de impor uma nova cosmovisão, com o intuito de que a sociedade não percebesse a existência desses dispositivos de domínio. Na perspicácia de Bourdieu (2001), o caráter simbólico do poder como exercício “mágico” de domínio e controle.

Assim, a integração fictícia do negro nas universidades, de políticas públicas de distribuição de renda, de direitos para as mulheres na política partidária, da Lei do Femicídio, da estética dos cabelos crespos, das músicas da minoria não estavam mais assegurando a distinção concreta. E a perda desse paradoxo tem se convertido em conflito aberto, em uma sociedade na qual a estratificação social é requerida, as distâncias sociais são solicitadas e a manutenção do *status quo* buscada.



Na pseudoabertura que a classe dominante propõe para todos, alega que os à margem podem vir para o centro, caso estude, trabalhe e ganhe seu espaço. Meritocracia. Acúmulo de capitais específicos. Aqueles que não se esforçam ou os que não são “genuínos” brasileiros que sejam levados para bem longe do alcance dos olhos: para as periferias, guetos, manicômios, cracolândia (desde que não seja próxima a cartões postais) (WHITAKER, 2017), cadeias, cemitérios, campos de refugiados. (BOLSONARO, 2018)

Quer-se miopia social. O desejo de surdez. O alçamento das classes oprimidas ainda é o pavor da classe dominante, salientou, alhures, Darcy Ribeiro (1995). Assim, de um lado: a busca pela efetivação dos direitos humanos, a liberdade de expressão, o combate à corrupção, a descriminalização da maconha, o reconhecimento do casamento civil e união estável entre pessoas do mesmo sexo, o aborto como caso de saúde pública. Do outro, Bolsonaro apregoa: o fundamentalismo, a cultura do estupro, o preconceito contra os negros, mulheres e LGBTQ+, a castração química, o *kit* antigay, a redução da maioria penal, a Escola sem Partido, o apoio à tortura, a celebração do chicote¹².

Embora o sujeito não seja tão dicotômico como os lados supracitados, não se pode negar que essas pautas façam parte, predominantemente, de uma das esferas da política: esquerda e direita, respectivamente. Eis os sistemas simbólicos, que são responsáveis pela luta ideológica e, conseqüentemente, cumprem a função de serem instrumentos mascarados de imposição à dominação de uma classe sobre a outra, chamada de violência simbólica, pois estão dentro e fora da classe e são instituídas como legítimas. (BOURDIEU, 2001)

2. Algumas considerações

Figura 1 – O ódio em fermentação



Fonte: Laerte (2019)

¹² “Pedi o fechamento do Congresso por duas vezes em 1990, lamentou que FHC não tivesse sido morto pela ditadura (e ainda propôs seu fuzilamento), declarou apoio à tortura e à pena de morte e quase foi cassado em mais de um par de ocasiões”. (GONZO, 2017)



O choque cultural. A supressão do outro. Esses temas não ficaram nos séculos passados. Se tivesse ficado, Ustra, como “o pavor de Dilma Rousseff”, seria celebrado? A insurgência de grupos neonazistas, fascistas e integralistas teriam espaço? Mesmo que o mundo pareça em desordem, com o espectro do comunismo rondando, mesmo que o metalúrgico, classificado como analfabeto, ganhe a cadeira presidencial, ou a mulher tenha alcançado o mesmo espaço, ou ainda o homoafetivo tenha lugar de destaque na política, a ira “santa” tem lugar de celebração?

Não. Mas, quando o padrão de comportamento e atitudes dominantes são quebrados, o conflito contracena. (VELHO, 1996) A violência legítima é instaurada, em nome da moralidade, da luta contra o comunismo, do desenvolvimento econômico ao lado de arrocho salarial, da maximização da jornada de trabalho, controle dos sindicatos, pautas alcançadas pós-impeachment.

Para muitos dos seguidores, a ditadura ou a “dita(branda)” brasileira – ou outro *modus operandi* de contenção do “caos” – pode ser esse meio de canalização, o sacrifício a ser sofrido a fim de apaziguar e ludibriar outra violência mais letal, mais aguda. O ritual da violência como “purificadora” de uma violência dita inaceitável.

Esses discursos, socialmente construídos e postos em circulação, não se dão, portanto, de uma hora para outra, mas são evocados arquitetadamente por sujeitos que são constituídos na trama histórica. Bolsonaro arquiteta sua imagem respaldada pela administração do terror e, sobretudo, pela garantia da segurança dos indivíduos contra o *Kit Gay*, contra os “menores infratores”, contra uma escola “partidária”. Contra todos que não foram socializados da forma “correta”. Uma assepsia. Eis a “violência legítima”.

Uma política que deixará o “Mercado” ser conduzido sem a mão reguladora do Estado – “a mão invisível” –, o comércio livre, que se diz possibilitador do bem de todos e passa a se digladiar para os “bons” costumes.

No fim da entrevista, Mariana Godoy questiona: “[...] *O senhor vai suavizar um pouco mais o discurso ao longo dessa caminhada?*”. Bolsonaro responde: “*Todos nós evoluímos. Não serei o Jairzinho paz e amor, como o Lula fez*”. (IMPERDÍVEL!!!..., 2017)

A resposta de que vai evoluir parece convocar o interdiscurso da Biologia, de uma transformação ao longo do tempo, linear, que impulsiona a origem de novas espécies, mais



adaptadas, com corpos dóceis, úteis, controlados, eficientes sem uma integração fictícia da sociedade, mas através da ordem e do progresso.

O cidadão de “bem”, os “cristãos”, representados pela bancada da bíblia; os “agentes de segurança pública”, representados pelas bancada da bala; “os trabalhadores e produtores” do Brasil, representados pela bancada do boi, segundo Bolsonaro, pedem condenações mais severas, redução de maioria penal, mais prisões de segurança máxima, menos tolerância, para com os “incorrigíveis”, “indóceis”, “indomesticáveis”.

Nesse cenário rígido e inflexível, a igualdade e a justiça social não podem brotar. Os da margem não podem fazer parte da cartografia brasileira. O tecido social não pode ser “manchado” pela alteridade, imprevisibilidade, irregularidade. A ordem social precisa renascer. Os mitos serem recompostos. O degradado precisa ser neutralizado. Tudo para a unidade da sociedade. Eis os discursos dominantes vislumbrando, segundo eles, um novo tempo. Tempo de ordem, de progresso.

Essa guerra já dizimou (e dizima) muitas etnias, gêneros, classe brasileiras. Pelos bons costumes, pelo *status quo* pode-se inferir, sim, que há um desejo, de uma parte da população, que se vê representada por Bolsonaro, de que o monopólio da violência (seja simbólica e/ou física – a “necessária”) legítima seja maximizado. O Estado seria esse aparelho legítimo e institucional da violência.

É melhor Jair se acostumando? A figura autoritária de Bolsonaro não dissimula a face austera, não há eufemismo. Ele não será o Jairzinho paz e amor. É a produção da guerra, ódio e punição, contra o outro, porque esse outro é classificado como ameaça e violência. Uma continuação da guerra por velhos e novos meios. O cão urra.

Referências

É MELHOR Jair se acostumando. Compositor e intérprete: Fernando Rapnejo. [S. l.: s. n., 201-]. 1 arquivo de áudio (12 min). Disponível em: <http://bit.ly/2vxPxWv>. Acesso em: 14 out. 2019.

BOLSONARO critica ‘kit gay’ e diz querer ‘mudar alguma coisa’ na Câmara. G1, Brasília, DF, 1 fev. 2011, 21:12. Disponível em: <https://glo.bo/3b4Rx7C>. Acesso em: 23 jan. 2020.



- BOLSONARO, J. M. Bolsonaro quer campo de refugiados em Roraima. [Entrevista cedida a] Constança Rezende. *Estadão.com.br*, São Paulo, 14 mar. 2018, 05:00. Disponível em: <http://bit.ly/33xHu8K>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- BOLSONARO, o “kit gay” do MEC e as loucuras coletivas. *Veja*, São Paulo, 20 fev. 2017, 16:41. Disponível em: <http://bit.ly/2UgFxt4>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.
- CARVALHO, I. Da despolitização ao ódio. *Caros Amigos*, Brasília, ano 19, n. 217, p. 30, 2015.
- CIPRIANI, J. ‘É melhor Jair se acostumando’: Bolsonaro vira ‘tema’ de festa de noivado. *Correio Braziliense*, Brasília, 8 jan. 2018, 11:00.
- CONNELL, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 219-225.
- DISCURSOS e notas taquigráficas. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 30 nov. 2010, 14:56. Disponível em: <http://bit.ly/3a24IGp>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: M. T. C. Albuquerque; J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- GONZO, A. Assombrações 2018. *Caros Amigos*, Brasília, ano 20, n. 242, p. 26, 2017.
- HAROCHE, C. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.
- IMPERDÍVEL!!! Mariana Godoy Entrevista Jair Bolsonaro! 27/10/2017. [S. l.]: RedeTV!, 2017. 1 vídeo (51 min). Disponível em: <http://bit.ly/3db8E9F>. Acesso em: 14 out. 2019.
- LAERTE. 2019. 1 charge. Disponível em: <http://bit.ly/2IYBKew>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- MAUSS, M. *Antropologia*. Tradução: Regina Lúcia Moraes, Denise Maldi Meireles, Ivonne Toscano. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 2001.
- MIMIMI. In: SIGNIFICADOS. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2U4jiYt>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- MOURA, R. M. TSE determina remoção de vídeos de Bolsonaro sobre “kit gay” no Facebook. *Uol*, Brasília, 16 out. 2018, 01:43. Disponível em: <http://bit.ly/33zKb9F>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- MÚSICA: Bolsonaro presidente (é melhor Jair se acostumando). [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <http://bit.ly/33uLEhF>. Acesso em: 14 out. 2019.
- PESQUISA Ibope revela expectativa dos brasileiros para as eleições. *GI*, [s. l.], 13 mar. 2018, 21:14. Disponível em: <https://glo.bo/3deTrVk>. Acesso em: 14 out. 2019.
- REVISTA do grupo Abril refuta Jair Bolsonaro em 5 minutos. *eDemocratize*, [S. l.], 17 jan. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/3dl82P0>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- RIBEIRO, D. *Povo Brasileiro: a formação e o sentido de Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO, M. M.; OLIVEIRA, S. (org.). *Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005. p. 35-76.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.



TOITIO, R. D. *Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. *In: ALVITO, M.; VELHO, G. (org.). Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 10-24.

VOLTAIRE. *Cândido*. São Paulo: L&PM, 1990.

WHITAKER, J. S. O que há por trás da ação higienista na “Cracolândia”? *Justificando*, [São Paulo], 25 maio 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2x2Oz4R>. Acesso em: 25 jul. 2019.

